

GÊNERO

Pela paridade no Judiciário

Em sessão histórica, CNJ aprova resolução que prevê lista exclusiva de mulheres para tribunais de segunda instância

» LUANA PATRIOLINO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, ontem, um ato normativo para garantir a adoção de paridade de gênero para promoção na magistratura. Em decisão unânime, os conselheiros decidiram por uma norma que propõe a intercalação de uma lista exclusiva de mulheres e outra tradicional mista, conforme a abertura de vagas para servidores de carreira por sorteio de merecimento.

Na sessão, a presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, elogiou a decisão. Essa foi a última participação dela no colegiado — Weber se aposenta na próxima semana, ao completar 75 anos de idade. “As vezes, nós temos que ir mais de vagar, ainda que a cada passo acumulando, enriquecendo, mas, sobretudo, estabelecendo consensos”, ressaltou.

A magistrada elogiou o voto da desembargadora federal Sali-Sanchotene, da 4ª Região, relatora da ação. “Se Vossa Excelência [Sali-Sanchotene], que apresentou, ao meu juízo, um voto brilhante a que eu estava a aderir na integralidade, está a propor um consenso a partir de um voto tão cuidadoso. Confesso que sinto esse resultado como uma verdadeira vitória”, disse.

A norma estabelece que mais mulheres devem ocupar o cargo de juízes nos tribunais de segundo grau. Até então, a resolução previa um critério de antiguidade, sem considerar gênero. O objetivo é corrigir o abismo entre homens e mulheres no Judiciário brasileiro. Segundo o relatório *Justiça em Números*, de 2023, enquanto 40% dos juízes do país é formado por

mulheres, apenas 25% dos desembargadores são do sexo feminino. Em relação às ministras, a representatividade é ainda menor: 18%.

Sanchotene afirmou que a decisão foi um “grande avanço” para a paridade de gênero. “Construímos um consenso aqui, para eu fazer uma reformulação do meu voto, para retirar a antiguidade, e permanecer o meu voto em relação ao merecimento”, apontou.

“Eu diria que está maduro para avançarmos nas listas alternadas de merecimento e faremos um monitoramento vigilante, isso posso garantir. Esse assunto pode voltar ao CNJ oportunamente, caso se veja que não evoluímos como gostaríamos ainda pelos critérios que estabelecemos. Penso que, para esse momento, estamos fazendo um grande avanço”, afirmou a relatora.

Nova regra

O texto passa a valer em janeiro de 2024. A primeira vaga aberta deverá ser preenchida pelo magistrado de gênero diferente do último promovido. Segundo o CNJ, a norma deverá ser mantida até que cada tribunal do país alcance uma proporção entre 40% e 60% por gênero no preenchimento dos cargos. A regra valerá para os tribunais de segunda instância.

No início de junho, Rosa Weber havia criticado a ausência de mulheres no Judiciário brasileiro, em especial, nos tribunais. “Aqui no Brasil, nós temos muitas mulheres na base da magistratura, na justiça em primeiro grau, mas o número decresce no intermediário. Na cúpula, nos tribunais superiores, o número é ínfimo”, disse a época.

Felipe Sampaio/CCO/STF



Ministra Rosa Weber discursa em meio a juízas no CNJ: medida começa a valer em janeiro de 2024

Confesso que sinto esse resultado como uma verdadeira vitória”

Rosa Weber, presidente do CNJ, ao comentar a decisão do conselho de garantir a paridade nas instâncias superiores do Judiciário

“Mar de emoções toma conta de mim”

A presidente do STF ministra Rosa Weber, emocionou-se, ontem, durante sessão do CNJ — também presidido por ela. As vésperas de se aposentar, a magistrada disse estar em um “mar de emoções” e afirmou ter sido um “privilegio” conduzir o colegiado.

“É um verdadeiro mar de emoções que toma conta de mim. E eu estou com uma enorme necessidade de impedir que os diques internos se abram e que as lágrimas transbordem”, afirmou durante discurso no CNJ. “Eu choro muito, mas não chorona, mas as lágrimas sempre escorrem para dentro. Mas, nesses dias, elas têm teimado em mudar o rumo”, completou. Weber afirmou ter sido um

“enorme privilégio” atuar no STF e no CNJ na busca pelos direitos fundamentais. “Atuando no STF na guarda da Constituição e na efetivação dos direitos fundamentais que ela assegura a todos, eu tive a enorme função de atuar nesse CNJ com essa companhia tão comprometida [...] Nesse conselho da República, onde consegui atuar com políticas públicas no Poder Judiciário, que nos permitiu essa busca da efetividade dos direitos fundamentais”, ressaltou.

O ministro Luís Roberto Barroso toma posse como presidente do STF amanhã. Ele ficará no cargo de Rosa Weber, que se aposenta em razão da idade limite de 75 anos na magistratura. Na solenidade, Edson

Fachin será empossado como vice.

Apesar das especulações, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não revelou quem irá indicar para compor o STF. Mesmo com a pressão de entidades e juristas para escolher uma mulher negra para o cargo, ele afirmou, nesta semana, que não deve guiar a sua escolha pelos critérios de raça ou gênero.

Prisões irregulares

O CNJ informou, ontem, que o órgão analisou, entre julho e agosto, quase 22 mil pessoas presas de forma irregular. A ação se deu por meio de um mutirão dos

servidores. Segundo o conselho, no período da ação, 27.010 presos tiveram sua situação modificada, alterando o modelo de prisão, por exemplo. Desse total, 21.866 foram colocados em liberdade.

“Em uma primeira análise, podemos verificar que há bastante resistência da magistratura na aplicação das teses consolidadas pelo STF e que são de cumprimento obrigatório. Em 38,3% desses processos, houve, sim, alteração fática ou jurídica para as pessoas privadas de liberdade graças à revisão empreendida. Mais de 21 mil pessoas estavam presas indevidamente em estabelecimentos penais”, afirmou a presidente do CNJ, ministra Rosa Weber. (LP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Página: 5